

28

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
DÉCIMA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Décima Emissão de Telemar Participações S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 02.107.946/0001-87, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio *Downtown* – Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 36.113.768/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como garantidora e interveniente anuente, para os fins de direito e assumindo todas as obrigações e prestando as declarações nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão:

VALVERDE PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 12.493.925/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Valverde");

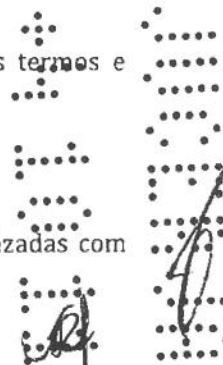
que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações:



Handwritten signature and initials.



- I. da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 14 de setembro de 2011 ("AGE"), a qual autorizou a presente emissão; e
- II. da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Valverde realizada em 14 de setembro de 2011 ("AGE da Valverde").
- 1.2. A AGE autorizou o conselho de administração a deliberar ou alterar as matérias de que trata o parágrafo 4º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações").

2. REQUISITOS

- 2.1. A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata:

(a) da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Monitor Mercantil"; e

(b) da AGE da Valverde será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Comercial".

- II. *registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

- III. *registro do Penhor (conforme definido abaixo).* O Penhor será (a) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL (conforme definido abaixo), nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) registrado, por meio do Contrato de Penhor (conforme definido abaixo), no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo certo que a Companhia compromete-se a encaminhar ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura da presente Escritura e previamente à data de liquidação, documento comprobatório dos registros mencionados neste item;

- IV. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado

1973333

pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

57

- V. *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VI. *dispensa de registro pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1. A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da sociedade TNL e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados para a liquidação das notas promissórias em circulação emitidas pela Companhia em 13 de abril de 2011, no âmbito de sua 2ª emissão de notas promissórias comerciais e o saldo remanescente servirá para o reforço do caixa da Companhia.
- 4.1.1. A Companhia deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da liquidação das Debêntures, liberar o penhor sobre as ações objeto do "Contrato de Penhor e Outras Avenças", celebrado em 11 de abril de 2011, bem como fornecer ao Agente Fiduciário o instrumento comprobatório da liberação do penhor.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1. *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações e com Garantia Real da Décima Emissão da Telemar Participações S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do BB-Banco de Investimento S.A. ("Coordenador"), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2. *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, em uma única data, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

1973333

76

5.3. *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e do boletim de subscrição, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 3º, incisos I e II da Instrução CVM 476.

5.3.1. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.

5.4. *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, por meio dos procedimentos da CETIP, pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a Data de Integralização.

5.5. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número de Emissão.* As Debêntures representam a décima emissão de Debêntures da Companhia, sendo a nona emissão pública.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Oferta é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.

6.4. *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"), observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

6.5. *Séries.* A emissão será realizada em série única.

6.6. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será

expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

- 6.7. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.8. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.9. *Penhor de ações.* Nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. e Outras Avenças", celebrado nesta data entre a Companhia, a Valverde e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor"), o qual, para todos os fins, é considerado parte integrante desta Escritura de Emissão, em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário comprovadamente venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão judicial do penhor, a Companhia e a Valverde, pelo Contrato de Penhor e na melhor forma de direito, constituem em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, penhor, em único, exclusivo e especial grau, no caso da Valverde, e inicialmente parte em segundo grau, no caso da Companhia, sobre ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos 425, 8º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 02.558.134/0001-58 ("TNL"), de que a Companhia e a Valverde são titulares, cuja quantidade e valor encontram-se definidos no Contrato de Penhor ("Ações do Penhor"), e que se encontram livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza ("Penhor"), exceto pelo penhor estabelecido pelo "Contrato de Penhor e Outras Avenças", celebrado em 11 de abril de 2011 sobre parte das Ações do Penhor para garantir as obrigações da Companhia no âmbito da sua 2ª emissão de notas promissórias comerciais. De acordo com o Contrato de Penhor, tão logo sejam liquidadas as obrigações da Companhia no âmbito da sua 2ª emissão de notas promissórias comerciais, as ações empenhadas em segundo grau pela Companhia se tornarão empenhadas em único, exclusivo e especial grau em favor dos Debenturistas.

- 6.9.1. Até o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, a Companhia obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a manter empenhadas ações ordinárias da TNL de sua titularidade ou de titularidade da Valverde no valor correspondente a, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do Valor Nominal de cada Debênture acrescido da Remuneração, a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, de acordo com o item 2.4, do Contrato de Penhor, sendo certo que na Data de Emissão, as ações empenhadas em primeiro grau pela Valverde equivalem a 23,25% (vinte e três vírgula vinte e cinco por cento) do Valor Nominal de cada Debênture acrescido da Remuneração e as ações empenhadas pela Companhia, parte em primeiro grau e parte

1973333

em segundo grau, equivalem a 96,75% (noventa e seis vírgula setenta e cinco por cento) do Valor Nominal de cada Debênture acrescido da Remuneração.

- 6.9.2. Além do disposto no item 6.9.1, até o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, a Companhia e a Valverde obrigam-se a permanecer titular de todas as Ações do Penhor, e a não alienar, vender, ceder, transferir, dar em comodato, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, constituir qualquer outro ônus, gravame ou direito real de garantia ou qualquer outro instrumento que tenha efeito semelhante aos previstos neste item além do Penhor constituído nos termos do Contrato de Penhor ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indireta, a título gratuito ou oneroso, sobre as Ações do Penhor ou quaisquer direitos a este inerentes, sem a prévia aprovação dos debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia convocada especialmente para esse fim.
- 6.9.3. Tendo em vista a reestruturação societária que está em curso envolvendo a TNL e as suas controladas Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Coari Participações S.A. e Brasil Telecom S.A. ("BRT") ("Reorganização Societária das Companhias Oi"), as Ações do Penhor serão substituídas pela quantidade correspondente de ações da companhia sucessora da TNL, observada a relação de troca a ser estabelecida no âmbito de tal Reorganização Societária das Companhias Oi, sem a necessidade da realização de assembleia de Debenturistas para aprovação dessa alteração, através da assinatura de aditamento à presente Escritura de Emissão e ao Contrato de Penhor que estabelecerão todas as adaptações necessárias decorrente da substituição da garantia, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados do término da Reorganização Societária das Companhias Oi.
- 6.10. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 05 de outubro de 2011 ("Data de Emissão").
- 6.11. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de até 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de outubro de 2018 ("Data de Vencimento").
- 6.12. *Pagamento do Valor Nominal.* O pagamento do Valor Nominal de cada uma das Debêntures será realizado em 6 (seis) parcelas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão, em 30 de abril de 2014; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, em 30 de abril de 2015; (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, em 30 de abril de 2016; (d) a quarta parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, em 30 de abril de 2017; (e) a quinta parcela, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, em 30 de abril de 2018; e (f) a sexta parcela, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão, em 05 de outubro de 2018.

6.13. **Remuneração.** As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

I. atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures não será atualizado.

II. juros remuneratórios: a partir da Data de Emissão as Debêntures renderão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal da cada Debênture, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A Remuneração será paga nas seguintes datas (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"): (a) o primeiro pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2012; (b) o segundo pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2013; (c) o terceiro pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2014; (d) o quarto pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2015; (e) o quinto pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2016; (f) o sexto pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2017; (g) o sétimo pagamento ocorrerá em 30 de abril de 2018; e (h) o último pagamento ocorrerá em 05 de outubro de 2018. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI produtivo das Taxas DI-Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

1973333

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n ;

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,3500 (um inteiro e trinta e cinco centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) e a data de cálculo (exclusive), sendo "DP" um número inteiro;

6.13.1. O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

6.13.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

6.13.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

6.13.4. O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.13.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

6.13.6. Para fins do disposto na cláusula 6.13 acima, considera-se período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

6.13.7. Observado o disposto na Cláusula 6.13.8 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente, conforme o caso, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.13.8. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição da Remuneração Substitutiva, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso os Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures, em circulação, não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Companhia, a Companhia deverá resgatar e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da assembleia geral de Debenturistas, a que se refere esta Cláusula, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida, apurada conforme a Cláusula 6.13 acima, calculada pro-rata temporis, até a data do seu efetivo pagamento, utilizando-se, para a apuração de "TDI_k",

a última Taxa DI divulgada oficialmente, sendo que o resgate a que se refere este inciso não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza.

128

6.13.9. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, a referida assembleia geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de divulgação, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

6.14. *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.15. *Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com seu consequente cancelamento, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.23 abaixo, com antecedência mínima de 13 (treze) Dias Úteis de antecedência da efetiva realização do resgate, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial e, neste caso, a quantidade máxima de Debêntures a serem resgatadas; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; e (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; e (d) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual, a Companhia terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que todas as Debêntures, objeto do resgate, serão liquidadas em uma única data;
- III. a Companhia poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas que definir quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. a Companhia deverá comunicar a Instituição Depositária e a CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- V. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento acrescido, se for o caso, e (b) de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Companhia, venha a ser oferecido

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large 'O' and '6' and a '3'.

no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo;

- 13
- VI. na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- VII. para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e na presença do Agente Fiduciário, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade; e
- VIII. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Companhia, com ciência do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da realização do Resgate Antecipado.
- 6.16. *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a qualquer tempo, por opção da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para a permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, observado o disposto no item 2.10 do Contrato de Penhor, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.17. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.18. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período

relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.19. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia (i) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou (ii) com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP por meio da Instituição Depositária, na sede da Companhia ou da Instituição Depositária.
- 6.20. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para o recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.21. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com o dia em que haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Companhia, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.
- 6.22. *Vencimento Antecipado.* Todas as obrigações relativas às Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento, pela Companhia ao(s) Debenturista(s), do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, devida desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, poderão se tornar antecipadamente vencidas e imediatamente devidas pela Companhia, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do Valor Nominal, da Remuneração ou outro) prevista e assumida nesta Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 4 (quatro) Dias Úteis, contados da data de vencimento original;
 - II. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da comunicação do referido inadimplemento pelo Agente Fiduciário à Companhia;

1072200

- 197
- III. vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias ou dívidas, ou inadimplemento das obrigações pecuniárias e/ou quaisquer dívidas que resultem na sua exigibilidade, não sanado no prazo contratualmente estabelecido ou negociado entre as partes, (a) da TNL ou de sociedade incorporadora/sucessora da TNL por força da Reorganização Societária das Companhias Oi, em valor superior unitário ao equivalente em moeda corrente nacional a quantia de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), valor este convertido com base na taxa de câmbio de venda do dólar norte-americano indicada no Boletim de "Taxas de Câmbio e de Mercado" do Banco Central do Brasil, divulgada através do SISBACEN - Sistema do Banco Central do Brasil, "Transação PTAX - 800, Opção 5, Cotações para Contabilidade", formulada e divulgada no dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o índice que vier a substituí-la ou (b) da Companhia em valor superior unitário ou agregado a quantia de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Para fins do presente item, a Companhia deverá informar imediatamente ao Agente Fiduciário por escrito a respeito de quaisquer negociações mantidas pela Companhia e/ou pela TNL ou de sociedade incorporadora/sucessora da TNL com as respectivas contrapartes nos valores indicados acima, com vistas à (re)negociação de dívidas e/ou obrigações pecuniárias de tais sociedades;
- IV. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer de suas respectivas Subsidiárias (conforme definido abaixo); (b) pedido de autofalência pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Subsidiárias; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Subsidiárias formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Subsidiárias, independentemente do deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juiz competente, bem como homologação judicial do respectivo plano de recuperação extrajudicial; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Subsidiárias, no caso destas últimas salvo por força da Reorganização Societária das Companhias Oi ou outra operação de reestruturação societária entre as Subsidiárias da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, para os presentes fins, as sociedades TNL e a TMAR e a sociedade incorporadora/sucessora da TNL por força da Reorganização Societária das Companhias Oi são denominadas, cada qual, individualmente, como uma "Subsidiária" e, em conjunto, como as "Subsidiárias";
- V. protesto de títulos contra a Companhia com valor unitário ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados pela Companhia em até 30 (trinta) dias corridos, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, ou desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso no prazo legal;

- VI. descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado e/ou sentença arbitral contra a Companhia que imponha obrigação de pagar em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e tal valor não seja pago em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do prazo estipulado para cumprimento da decisão e/ou sentença;
- VII. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia, ou qualquer de suas Subsidiárias, em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos Debenturistas em assembleia geral de Debenturistas, exceto a Reorganização Societária das Companhias Oi ou outra operação de reestruturação societária entre as Subsidiárias da Companhia e suas controladas;
- IX. alteração no objeto social da Companhia de forma que altere sua qualidade de *holding* controladora de sociedades concessionárias de serviços públicos de telecomunicações;
- X. comprovação de que as declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e demais documentos da emissão são falsas, enganosas ou, em qualquer aspecto relevante, a critério dos Debenturistas, incorretas;
- XI. caso a Companhia não observe os seguintes índices e limites financeiros: sua Dívida Líquida (conforme definida abaixo) deverá ser menor ou igual a: R\$3.650.000.000,00 (três bilhões e seiscientos e cinquenta milhões de reais) no período compreendido entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures.

O Agente Fiduciário verificará os limites indicados neste item XI ao final de cada trimestre, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia (controladora), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. Para fins deste item, fica certo e acordado que: (a) os montantes acima fixados serão corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de 30 de julho de 2011; e (b) "Dívida Líquida" significa a soma, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas de curto e longo prazos da Companhia perante terceiros (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzidas da soma das disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo da Companhia;

- XII. não utilização dos recursos obtidos com a emissão para as finalidades indicadas no item 4.1 acima;

- 13
- XIII. alienação do controle acionário da TNL e/ou da TMAR, ou da sociedade incorporadora/sucessora da TNL e da TMAR por força da Reorganização Societária das Companhias Oi, pela Companhia e/ou pela Valverde, ou se a Companhia e a Valverde, em conjunto, deixarem de deter participação correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais uma ação no capital votante da TNL e/ou da TMAR e/ou da sociedade incorporadora/sucessora da TNL e da TMAR por força da Reorganização Societária das Companhias Oi;
 - XIV. aquisição do controle acionário de sociedades que resultem na alteração do objeto principal da Companhia;
 - XV. cassação pela União das concessões detidas pela TMAR, quando representarem redução superior a 20% (vinte por cento) de seu faturamento; e
 - XVI. anulação ou rescisão do Contrato de Penhor ou ainda se a garantia não for devidamente constituída, for anulada, ou por qualquer forma deixar de existir ou se a garantia deixar de corresponder a 120% (cento e vinte por cento) do valor do principal e juros das Debêntures em circulação, nos termos do Contrato de Penhor, desde que a garantia não seja substituída e/ou reforçada pela Companhia nos termos do Contrato de Penhor.

6.22.1. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nos itens I, IV e VII acima poderá resultar no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Companhia. Para os fins do item IV acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

6.22.2. Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado, desde que não aqueles previstos no item 6.22.1 acima, a Companhia deverá informar a sua ocorrência ao Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, sem prejuízo de qualquer Debenturista comunicar os demais acerca de sua ocorrência. Nessa hipótese, os titulares das Debêntures deverão ser convocados no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis para se reunir em assembleia, a fim de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado.

6.22.3. A assembleia dos titulares das Debêntures a que se refere o item 6.22.2 somente poderá determinar que o evento ocorrido não enseje um vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, ocorrerá automaticamente o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão com

relação às Debêntures, por meio de simples comunicação à Companhia, sujeitando a Companhia ao imediato pagamento das Debêntures, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo a Companhia efetuar o respectivo pagamento, na forma estabelecida no item 6.22, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da comunicação feita pelos titulares das Debêntures à Companhia.

- 6.23. *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de aviso, no jornal "Monitor Mercantil" e no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", veículos em que a Companhia realiza suas publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da última publicação do aviso.
- 6.24. *Comunicações.* As eventuais comunicações e avisos a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão realizados por escrito, e enviado à outra parte por *fac-símile* ou correio eletrônico, sendo consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

As notificações relativas a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. Em até 24 (vinte e quatro) horas após a postagem, o remetente também deverá encaminhar a notificação por correio eletrônico e/ou *fac-símile* à outra parte.

As comunicações, avisos e notificações serão endereçados conforme a seguir:

I. para a Companhia:

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte)
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (21) 3873 9003
Fac-símile: (21) 3873 9060
Correio Eletrônico: tpart@oi.net.br



Handwritten signature and the number 6.



II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Av. das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio *Downtown* – Barra da
Tijuca
22640-904 Rio de Janeiro, RJ
At.: Gustavo Dezougart
Telefone: (21) 3514 0000
Fac-símile: (21) 3514 0099
Correio Eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br
gustavo.dezougart@oliveiratrust.com.br

III. para a Valverde:

VALVERDE PARTICIPAÇÕES S.A.
Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte)
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor Presidente
Telefone: (21) 3873 9003
Fac-símile: (21) 3873 9060
Correio Eletrônico: tpart@oi.net.br

IV. para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
06029-900 Osasco, São Paulo
At.: Pérsia Alves Gonçalves de Barros
Telefone: (11) 3684 9444
Fac-símile: (11) 3684 2714
Correio Eletrônico: 4010.persia@bradesco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111 1596
Fac-símile: (11) 3111 1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na internet ou na página da CVM na internet:

17
1073333

19

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

- 90
- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, explicitando as rubricas necessárias à apuração das razões financeiras a que se refere o inciso XI da Cláusula 6.22 acima, (ii) declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de (iii) relatório demonstrando a apuração das razões financeiras a que se refere o inciso XI da Cláusula 6.22 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, explicitando as rubricas necessárias à apuração da razão financeira a que se refere o inciso XI da Cláusula 6.22 acima, (ii) declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de (iii) relatório demonstrando a apuração da razão financeira a que se refere o inciso XI da Cláusula 6.22 acima;
- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480");
- (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, especialmente aqueles que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ou, se ali não previstos, na mesma data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (e) informações sobre alterações de titularidade de ações ordinárias de emissão da TNL de titularidade da Companhia, para os fins de controle, pelo Agente Fiduciário, do disposto no inciso XIII da Cláusula 6.22 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva alteração;
- (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor, inclusive Eventos de Vencimento Antecipado, ou de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a

Companhia seja parte, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do descumprimento;

(g) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada; e

(h) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro; e, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos; e

(i) todos os demais documentos e informações que a Companhia, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.

- II. manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM;
- III. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço;
- IV. manter seus bens adequadamente segurados;
- V. manter contratados, até a Data de Vencimento das Debêntures, às suas expensas, a Instituição Depositária, o Agente Fiduciário, a agência de classificação de riscos, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos dos incisos II e VI da Cláusula 8.3 abaixo;
- VII. não negociar com as ações de emissão da TNL ou de sociedade incorporadora/sucessora da TNL por força da Reorganização Societária das Companhias Oi, de sua titularidade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações objeto do Penhor, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo Agente Fiduciário, pela falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão;
- VIII. manter atualizada a classificação de risco da emissão das Debêntures; ~~devido,~~ ainda, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de riscos divulgue o relatório com a fórmula da classificação de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco no prazo de

até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação da classificação de risco concedida à emissão das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;

- IX. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND durante o prazo de vigência destas, arcando com os respectivos custos;
- X. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- XI. comparecer às assembleias de Debenturistas sempre que solicitada;
- XII. cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Penhor, praticando todos os atos para que o Penhor permaneça válido e eficaz e o Limite Mínimo (conforme definido no Contrato de Penhor) seja observado até o cumprimento, pela Companhia, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor; e
- XIII. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na *internet* e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na *internet*;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, em sua página na *internet*, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar

a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador e à CETIP;

- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- (h) ao divulgar informações relacionadas à Oferta, (a) observar os princípios relativos à qualidade, transparência e igualdade de acesso à informação; e (b) esclarecer as suas ligações com o Coordenador ou o seu interesse na Oferta, nas suas manifestações em assuntos que envolvam a Oferta ou as Debêntures, nos termos do artigo 48, inciso V da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VII. verificou que o valor das ações de emissão da TNL empenhadas é suficiente para garantir as obrigações da Companhia, na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Penhor e nesta Escritura de Emissão, sendo certo que, nada data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não foi possível atestar a constituição e exequibilidade do Penhor, uma vez que o Penhor será

(i) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL, nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei de Sociedades por Ações; e (ii) registrado, por meio do Contrato de Penhor, no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos e prazos definidos na Cláusula 2.1, inciso III, acima;

- VIII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos; e
- XII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário à TMAR, sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia, em sua 2ª emissão privada de debêntures da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da TNL PCS S.A., em até 5 séries, no volume total de R\$54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais), mediante emissão de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) debêntures, na data de emissão, sendo certo que, até o presente momento, foram emitidas 1.108 (mil, cento e oito) debêntures da 1ª série e 1.966 (mil, novecentas e sessenta e seis) debêntures da 2ª série, ambas com vencimento em 05 de julho de 2021.

3.2. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela

Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente suas funções;

- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
 - V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita a comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
 - VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
 - VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la a Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.23 e 6.24 acima;
 - IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição; e
 - X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.3. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- 1. receberá uma remuneração anual de R\$10.000,00 (dez mil reais), devida pela Companhia, sendo o primeiro pagamento da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de

23
1973333

pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto de Renda - IR e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

- II. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou reuniões prévias a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- III. no caso de celebração de aditamentos à esta Escritura de Emissão e aos contratos de garantia da emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- IV. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) tenham sido previamente aprovadas pela Companhia, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis, que atendam a política da Companhia; e
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

V. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das obrigações a que se refere o inciso II acima por um período superior a 10 (dez) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas a sua participação; e

VI. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso V acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.4. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes e futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

1972333


- VI. verificar a regularidade da constituição, da manutenção da suficiência e da exequibilidade do Penhor e o cumprimento das disposições do Contrato de Penhor pela Companhia, na forma e periodicidade ali previstas, especialmente a obrigação de observar o Limite Mínimo a ser verificado anualmente, de acordo com o previsto no Contrato de Penhor, devendo, para tanto, manter controle permanente atualizado do saldo devedor das Debêntures em circulação e do valor de mercado das ações de emissão da TNL;
- VII. intimar a Companhia a reforçar o Penhor por meio da novas ações ordinárias de emissão da TNL, de acordo com a Cláusula 6.9 acima, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, bem como previamente à colocação, pela Companhia, em circulação, de Debentures que se encontrem em sua tesouraria, nos casos e observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor;
- VIII. autorizar a liberação do Penhor, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;
- IX. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- X. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- XI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- XII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debentures e enviar, à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;

- 99
- XVI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à CETIP (a) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas; ou (b) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XVII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade do Penhor;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

NG

3

- XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM e na sede do Coordenador;
- XIX. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.23 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;
- XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XXI. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informando prontamente aos Debenturistas, as eventuais inadimplências verificadas;
- XXIII. notificar aos Debenturistas se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP; e
- XXIV. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1, inciso VIII acima.
- 8.5. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.23 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos e defender interesse dos Debenturistas, devendo para tanto:

- 
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. executar o Penhor, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
 - III. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.22, 6.22.1, 6.22.2 e 6.22.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5 acima, incisos I a IV, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.5, inciso V acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.5.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.3. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente, assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9. ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM, conforme o caso.

9.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.23 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei de Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturistas ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

9.6.1. não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
- II. observado o disposto no inciso III abaixo, quaisquer modificações nas condições das Debêntures e/ou nesta Escritura de Emissão e/ou eventuais solicitações de autorizações (*waivers*) dos Debenturistas relacionados à Cláusula 6.22 acima, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação,
- III. alteração do prazo de vigência e/ou da Remuneração das Debêntures e/ou alteração de quaisquer condições previstas no Contrato de Penhor, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; e
- IV. alteração de qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia ou a qualquer controladora ou

controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.

- 9.8. Não obstante o disposto na Cláusula 9.7 acima, para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de Debenturistas também serão excluídos os votos em branco.
- 9.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.11. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA VALVERDE

10.1. A Companhia neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e os demais contratos relacionado às Debêntures e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta, (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte, exceto por infrações que não afetem de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia, que seja de seu conhecimento; e (d) não

resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por vencimentos antecipados que não afetem de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto pelo próprio Penhor ou por ônus ou gravames que não afetem de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por rescisões que não afetem de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor;

- VI. as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na internet ("Formulário de Referência da Companhia") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- VII. o Formulário de Referência da Companhia (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Companhia e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- VIII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia e/ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência da Companhia cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Companhia seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- IX. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência da Companhia foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- X. as demonstrações financeiras da Companhia e da TNL (controladora e consolidadas), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e da TNL naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XI. exceto (a) pelo disposto no Formulário de Referência; e (b) pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinação que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou cujo

descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- XII. exceto (a) pelo disposto no Formulário de Referência; e (b) pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XIII. exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência da Companhia, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou Contrato de Penhor;
- XIV. é legítima e, em conjunto com a Valverde, únicas proprietárias das ações ordinárias de emissão da TNL objeto do Penhor, que, exceto pelo Penhor decorrente do "Contrato de Penhor e Outras Avenças" celebrado em 11 de abril de 2011 no âmbito da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, não existindo contra a Companhia qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor; e
- XV. o registro de companhia aberta da Companhia está vigente perante a CVM.

10.1.1. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

10.2. A Valverde neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor e os demais contratos relacionados às Debêntures e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Valverde que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Valverde, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Valverde, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta, (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Valverde seja parte, exceto por infrações que não afetem de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar sua obrigação nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Valverde, que seja de seu conhecimento; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por vencimentos antecipados que não afetem de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar sua obrigação nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Valverde, exceto pelo próprio Penhor ou por ônus ou gravames que não afetem de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar sua obrigação nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por rescisões que não afetem de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar sua obrigação nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor;
- VI. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

VII. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar sua obrigação nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

VIII. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Valverde de honrar sua obrigação nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou Contrato de Penhor; e

IX. é legítima e, em conjunto com a Companhia, únicas proprietárias das ações ordinárias de emissão da TNL, objeto do Penhor, que se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, não existindo contra a Valverde qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor.

11. DESPESAS

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as

obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15. LEI APLICÁVEL

- 15.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

16. FORO

- 16.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2011.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes).



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA DÉCIMA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2011 - PÁGINA DE ASSINATURAS 1/4.

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
(EMISSIONORA)

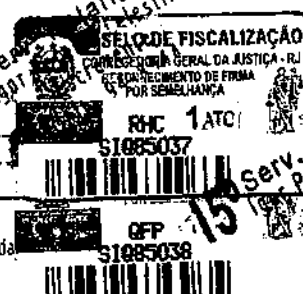
Nome:
Cargo:

Renato Sobral P. Chaves
Diretor

Nome:
Cargo:

José Augusto G. Figueira
Diretor/Procurador

15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO
Rua do Ouvidor, n. 85 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: (21) 220-1111
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
JOSE AUGUSTO DA SILVA FIGUEIRA; RENATO SOBRAL PIRES CHAVES
SELO(S): S1085037 / S1085038
Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 2011
FUNFERJ: 0,40 FUNDEFERJ: 0,40 FETJ: 1,62 EMO: 0,12 TOTAL: 10,54
Em Testemunho
025 - 100R PEREIRA DA COSTA - 94-8544



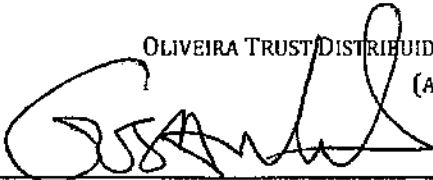
Serv. Notarial R
15o Serv. Notarial R
15o Serv. Notarial R
Matr. 94-8544

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TELEMAR PARTICIPAÇÕES S/A
Nire: 33.3.0016601-7
Protocolo: 00-2011/358284-6
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000270-1/000
DATA: 04/10/2011
Valéria G.A. Soares
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TELEMAR PARTICIPAÇÕES S/A
Nire: 33.3.0016601-7
Protocolo: 00-2011/358284-6 - 23/09/2011
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 04/10/2011, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000270-1/000
DATA: 04/10/2011
Valéria G.A. Soares
SECRETARIA GERAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA DÉCIMA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.,
CELEBRADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2011 - PÁGINA DE ASSINATURAS 2/4.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(AGENTE FIDUCIÁRIO)

Nome: 
Cargo: GUSTAVO DEZOUZART TEIXEIRA PINTO
PROCURADOR

Nome: 
Cargo: HENRIQUE BRETAS DE NORONHA JUNIOR
PROCURADOR

15. OFÍCIO DE NOTAS BARRA DA TIJUCA-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÁ

Av. das Américas, 500 BL11 loja 106 Downtown (021) 3154-7161

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

GUSTAVO DEZOUZART TEIXEIRA PINTO; HENRIQUE BRETAS DE NORONHA JUNIOR.

SELO(S): SIR23172 e SIR23173

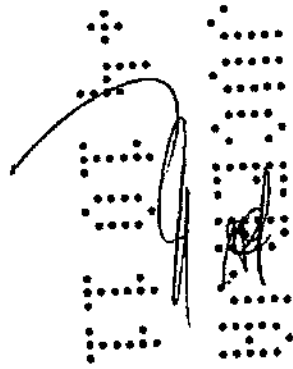
Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 2011

FLNPERU:0,40 FLNDEPERU:0,40 FET:1,62 EMOL:8,12 TOTAL:10,54

Em Testemunho:  de verdade.

MAT:94-12841-WALLACE PEREIRA DA CONCEIÇÃO-ESCREVENTE

15º OFÍCIO DE NOTAS
BARRA DA TIJUCA
Wallace Pereira da Conceição
Escritor
Mat 94-12841



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA DÉCIMA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.,
CELEBRADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2011 - PÁGINA DE ASSINATURAS 3/4.

VALVERDE PARTICIPAÇÕES S.A.
(GARANTIDORA E INTERVENIENTE ANUENTE)

Nome:

Cargo:

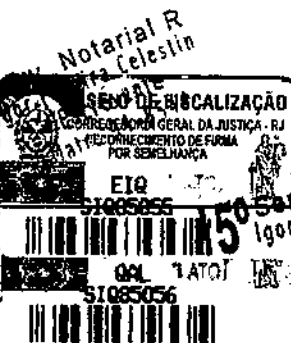
José Augusto G. Figueira
Diretor

Nome:

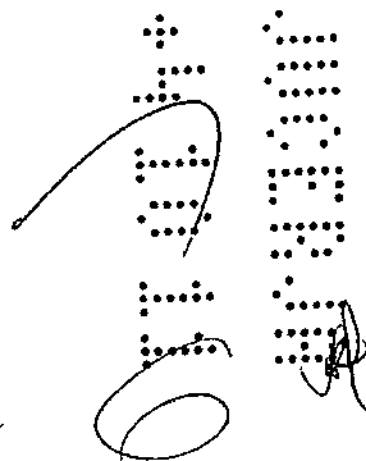
Cargo:

João José A. Pereira Pavel
Diretor

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO
Rua do Ouvidor, n. 87 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: (021) 3032-85
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
JOSE AUGUSTO DA SILVA FIGUEIRA; JOAO JOSE DE ARAUJO PEREIRA PAVEL
SELO(S): SI085055 a SI085056
Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 2011
FIMPERJ: 9.40 FIMPERJ: 0.40 FETJ: 1.62 EMO: 8.12 TOTAL: 10.54
Em Testemunho
OCS - IGOR PEREIRA CELESTINO - 94-8544

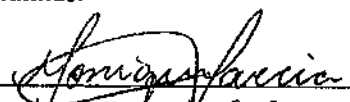



150 Notarial R
Igor Pereira Celestino
Escritor
Matr. 94-8544



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA DÉCIMA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.,
CELEBRADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2011 - PÁGINA DE ASSINATURAS 4/4.

Testemunhas:


Nome: Mariana da S. Garcia
Id: 155.836


Nome: ANA CAROLINA DOS R. M. DA NOTTA
Id: 21050870-1

